



PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E A RECOMPOSIÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MARABÁ/PARÁ (1984-2012)

Celia Regina Congilio¹
Joyce Ikeda²

Resumo: Reflete sobre o histórico da expansão do capital na Amazônia e como ele interfere no modo de vida das populações, tendo como elemento de análise a relação entre o desenvolvimento econômico e a (re) organização do poder local em Marabá, desde a implantação do Programa Grande Carajás – PGC. Deduz-se que o poder político em Marabá, o qual se concentrava na disputa entre as oligarquias tradicionais da região, sofreu transformações devido às novas relações de produção inseridas na realidade amazônica.

Palavras-chave: expansão capitalista; Estado, poder local.

Abstract: Reflects on the history of capital expansion in the Amazon and how it affects the livelihood of populations, with the element analysis the relationship between economic development and (re) organization of local government in Marabá, since the implementation of the Great Carajás Programme. It follows that political power in Marabá, which focused on the dispute between the traditional oligarchies in the region has undergone transformations due to new relations of production actually inserted Amazon.

Keywords: capitalist expansion; State, local power.

¹ Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). conborg@uol.com.br

² Mestre. Universidade Federal do Pará (UFPA).



1. INTRODUÇÃO

Falar de grandes projetos e poder local na Amazônia implica algumas reflexões anteriores ao debate que se anuncia. Isso porque discorrer sobre a expansão do capital e sua influência na vida social demanda compreender as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista, especialmente as que fundamentam as relações de produção e reprodução, pois “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas (Marx, 2011, p. 882)”. O processo de desenvolvimento econômico executado na Amazônia constitui ambiente de análise profícuo para essa compreensão, pois não teve a intenção de privilegiá-la ou promovê-la. Grandes projetos foram idealizados na década de 1970 na Amazônia e se estendem até os dias de hoje, tendo como horizonte a extensão do poderio e exploração da elite industrial brasileira e internacional que, neste contexto, conta com forte intervenção do Estado ao seu favor (Mendes, 1974).

O desenvolvimento de regiões no país se dá em condições extremas de desigualdades sociais numa correlação perversa de forças entre os atores envolvidos. As políticas públicas têm favorecido os grandes empreendimentos econômicos por intermédio de incentivos fiscais, aportes financeiros, alterações legislativas e fiscalização ineficiente das relações de trabalho, em detrimento de condições dignas de vivência social para a maioria das populações locais. Ao se referir à volta da democracia, nos idos de 1985, Hébette (2004 p.22) analisa quão pouco avançou a questão agrária, uma das mais cruciais colocadas para a região diante do acelerado processo de urbanização corrente em diversos municípios do sudeste paraense.

O regime militar tinha amordaçado o sopro nascente da democracia, sufocado as aspirações a mudanças. O entusiasmo dos anos 1985 com a tímida reemergência da democracia e a vontade, determinação tenaz de uma parcela da sociedade, de intelectuais e de militantes populares, de alguns políticos, não foram capazes de recriar um clima favorável à reforma agrária. O reacionarismo predominou.

Petras (2003) faz importante relação entre a questão fundiária na América Latina e o avanço do capitalismo transnacional. O autor indica que depois da metade da década de 1970 o vocabulário da economia agrária mudou drasticamente, refletindo a mudança do poder. Termos como reforma agrária, cooperativas, política redistributiva e outros associados com as lutas camponesas, perderam lugar para a linguagem da "modernização", "forças de



mercado", "estratégias de exportação" – mostrando a ideologia e o poder da política corporativista. Sobre o papel do Estado em favor do capital, Petras (1999, p. 22) afirma:

Os Estados Unidos estavam interessados em acabar com a agricultura baseada no pequeno produtor e intensificar a agricultura capitalista para o mercado internacional, utilizando insumos caros (fertilizantes, pesticidas, sementes, maquinário). O Brasil foi a vanguarda desta estratégia. Os ditadores militares do país promoveram a profissionalização da produção em grande escala para a exportação de itens como a soja, café e suco de laranja. A repressão militar aos movimentos sociais do campo e a eliminação da reforma agrária, conduziram a uma intensa diminuição da população do campo e a migração massiva destas pessoas para as favelas e periferias das grandes cidades. No Chile, o ditador Pinochet, seguiu a experiência brasileira. O que aconteceu lá foi o desmantelamento do processo de reforma agrária e o crescimento de uma agricultura estritamente ligada ao mercado externo.

O Estado historicamente, se articula com os propósitos capitalistas por intermédio de ações indutoras e repasse de recursos financeiros destinados a impulsionar modelos de desenvolvimento excludentes em favorecimento do grande capital. É ator importante também no que se refere à difusão do arcabouço ideológico necessário para a implantação das políticas (industriais, econômicas, sociais etc.) que ajustam a economia nacional às necessidades do mercado mundial.

Compreendido como instituição que organiza interesses particulares da classe dominante, o poder do Estado sustenta-se politicamente no aparato institucional-legal de coerção/repressão e consenso ideológico que constitui a instância estatal organizadora das demandas do capital. A imposição das normas igualizadoras e da criação da "formal cidadania", converte, aparentemente, a todos os homens em "sujeitos individuais de direito", o que resulta na atomização das classes sociais antagônicas num processo ideológico em que se ocultam os interesses de classe. Nessa concepção o funcionamento do Estado se materializa como espaço de produção econômica sobre o qual se organiza/desorganiza a dominação de classe (Saes, 1998). Assentado na apropriação direta dos meios de produção e na divisão social do trabalho, o modo de produção capitalista requer um poder de dominação contínuo dos que se apropriam sobre os expropriados. Trata-se de um poder econômico que só pode ser mantido pela manutenção, também contínua, do poder político. Com o poder de Estado, a classe capitalista monta o aparato institucional de coerção/repressão e consenso ideológico que lhe permite exercer poder sobre toda a sociedade.



É assim, como organizador dos interesses da classe dominante que os Estados nacionais garantem a reprodução do capital nos países periféricos e os de capitalismo avançado estendem seu poder de intervenção, provocando assimetrias que asseguram o aprofundamento da desigualdade entre as nações, pois:

Os Estados, individualmente, podem cruzar o golfo que separa a periferia e semiperiferia, mas também nesse caso as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado periférico de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados periféricos. O que cada Estado periférico pode realizar é negado deste modo aos outros (Arrighi, 1998, p. 220).

É nessa perspectiva de análise que nos propomos a realizar uma leitura crítica sobre a organização do poder em Marabá. Confrontamos aspectos em que o capitalismo, ao mesmo tempo em que se expande, influencia as relações políticas no município e, nos interstícios da luta de classes, reconfigura a construção do debate político local.

2. Desenvolvimento

Caracterizada anteriormente por ciclos econômicos de monocultura, voltados para a exportação (borracha, castanha, etc.), a economia amazonense sofre modificações profundas entre 1965 e 1968, quando o Estado da ditadura militar lança a Operação Amazônia e SUDAM- Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia. Na década de 1970 os militares lançam a palavra de ordem “integrar para não entregar” e se intensifica, a partir dos grandes projetos mineradores e madeireiros (além da agropecuária extensiva), a expansão capitalista amazônica. A partir daí se acelera o fluxo migratório para Marabá, especialmente a partir da criação do Programa Grande Carajás e construção da barragem hidrelétrica de Tucuruí para lhe dar suporte energético. Desde então o modelo de expansão capitalista na região amazônica tem como base ações indutoras com forte presença do Estado. Este articula políticas neodesenvolvimentistas (laminação do aço, grandes obras de infraestrutura com o PAC) e reprimarização da economia, com participação intensa da exportação do ferro em forma de minério bruto. O que se observa hoje nos municípios limítrofes ao PGC³ são áreas imensas de terras compradas pela indústria mineradora, desestruturação de setores da produção agrícola já constituídos pela reforma agrária, contaminação das águas e toda a terra produtiva ao seu redor e, sobretudo, ausência de

³ São 14 municípios que compõem a região Sul e Sudeste do Pará, próximos ao chamado “Bico do Papagaio” e divisas com municípios dos estados de Tocantins e Maranhão. Este cenário foi palco da truculência estatal no episódio que ficou conhecido como a “Guerrilha do Araguaia”.



uma política efetiva de reforma agrária que dignifique as condições de vida do pequeno agricultor e incentive a permanência do jovem nos assentamentos, o que resulta em que os pequenos produtores vendam seus lotes a preços baixos e migrem para as áreas urbanas em busca de trabalho.

Isso tudo requer um conjunto de combinações com o poder local o qual, do ponto de vista liberal, vem sendo discutido a partir da redefinição do papel do município após a Constituição de 1988. O pressuposto dominante é de que Estado e municípios passariam a partilhar de algumas funções legislativas de tal forma que o governo local teria certa autonomia para mobilizar políticas e administrar os recursos públicos. A partir dessa modificação do papel do Estado em âmbito local, o município passaria a exercer um potencial gerenciador eficiente dos recursos públicos, podendo promover iniciativas inovadoras de desenvolvimento econômico e social.

A favor dessa concepção do poder local temos o seguinte argumento:

Essa mudança da imagem do local é evidenciada nos crescentes estudos de experiências de gestões municipais inovadoras e na reflexão sobre as possibilidades de ação das estruturas locais de poder, no sentido de viabilizar mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Mudanças que traduz a descoberta do local como portador de positivities, no momento em que solidifica-se uma percepção mais aguda do processo de mundialização e uma crescente descrença na capacidade de respostas políticas e econômicas globais a partir dos Estados nacionais (Costa, 1996, p. 113).

Costa afirma que essa ressignificação da esfera subnacional ocorreu no período de transição do regime autoritário para a democracia política. Devido a mobilização de diferentes forças sociais o tema poder local foi incorporado à pauta política, “articulado aos temas da democracia, da descentralização e da participação popular” (op. cit.).

Numa perspectiva mais crítica, Nunes (1996, p. 33) adverte que as teorias de governo representativo reservam um espaço para os municípios, porém, em níveis que não ultrapassem as funções administrativas, o que não representa mudanças positivas no que diz respeito à descentralização e a participação popular. Paoli (2007) indica que a utilização destas técnicas de gestão produz uma concepção limitada da política, na medida em que a população é impedida de constituir uma organização autônoma. Para a autora, o uso de artifícios da gestão chamada compartilhada leva a população participar de campos específicos de debates, além de limitar e mesmo inviabilizar a liberdade de organização independente. Ao instituir um espaço específico para o debate o Estado não somente impõe



o lugar de disputa como, também, a agenda que pode ser posta em discussão. Segundo a autora, para quem deseja entender as relações de poder e o modo como se faz política nas cidades da sociedade contemporânea, estas formas de gerenciamento e de participação popular na criação de políticas representa uma armadilha para um pesquisador distraído. Paoli (op.cit. p.232) argumenta que estes espaços domesticam e despolitizam as práticas sociais, uma vez que, “a política, como possibilidade real de criação de novas experiências de reivindicação e de invenção espontâneas em sua origem, é expulsa da festa”.

Coutinho (2010) conclui que a discussão local se apresenta no debate ideológico com o que ela chama de pequena política e que esta tem se sobreposto a grande política. Ele quer dizer com isto que o debate sobre questões parciais e cotidianas está substituindo a luta pela destruição das estruturas econômicas e sociais vigentes, bem como o debate em prol da criação de novas possibilidades de organização social. Segundo o autor, esta hegemonia da pequena política funda-se num consenso passivo que não se expressa pela auto-organização ou pela participação popular por meio de partidos ou por outros organismos da sociedade civil e, sim, pela aceitação das existências das desigualdades sociais como algo natural.

Em concordância com o autor, a definição de poder local que adotamos é a apresentada por Daniel (1988), na qual a esfera municipal é apenas a determinação do campo de atuação de um poder territorialmente localizado. Para Daniel, o poder local é composto pelas relações estabelecidas entre o governo, as classes sociais e o poder econômico no âmbito do município, onde as tensões entre o poder econômico e as forças sociais constituem o poder político local. Destaca-se que estas definições têm como referência o poder político local como uma esfera do Estado capitalista e, portanto, ao mesmo tempo em que remetem à organização política local, consideram a presença de um poder exterior que exerce influência sobre esta organização. Nessa perspectiva, nossa análise do poder local busca tratar dos fenômenos sociais no município, sem desprezar o movimento de expansão do capitalismo no mundo.

Na região Araguaia – Tocantins, a instalação do Projeto Grande Carajás começou a cobrar novas demandas das oligarquias políticas do município de Marabá. As diretrizes de produção trazidas pelo desenvolvimento econômico da Amazônia retirou o controle que a burguesia local lograva, principalmente porque o planejamento e o gerenciamento destes projetos encontravam-se fora da área de influência do corpo político local. Os planos e



medidas direcionadas a exploração do minério na região de Carajás ocasionou mais do que modificações econômicas, promoveu transformações na formação da consciência, assim como no comportamento da população local. Deste modo, o poder político em Marabá, o qual se concentrava na disputa entre as oligarquias tradicionais da região, sofreu transformações devido às novas relações de produção inseridas na realidade amazônica.

No caso de Marabá, as relações entre os agentes na movimentação das mercadorias que eram controlados pelos proprietários de terras e comerciantes da região sofreram significativos impactos. A modificação na estrutura econômica do município, a partir de diretrizes do governo central, retirou do controle das oligarquias locais o poder sobre os meios de produção e o fluxo de mercadorias, além do que, os movimentos sociais que surgiam no rastro das lutas contra a ditadura militar colocavam novas demandas aos governos locais. O poder político em Marabá, o qual se concentrava na disputa entre as oligarquias tradicionais da região, sofreu transformações devido às novas relações de produção e lutas sociais inseridas na realidade amazônica. Para a consolidação do Projeto Grande Carajás, o Estado implantou uma imensa rede de infraestrutura que contava com grandes obras para viabilidade do empreendimento.

Considerando o caráter da expansão econômica na Amazônia, é possível concluir que a integração da região na economia nacional e internacional foi encarada, exclusivamente, como uma oportunidade de alargar as fronteiras da exploração do capitalismo:

Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial nacional e internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital (Hébette, 2004, v. 3: 62).

Sob o controle do Estado brasileiro e com o discurso de integração, o território amazônico foi invadido pelos interesses de uma fração da burguesia brasileira e, sobretudo, pelo capital internacional, o que nos leva a concluir que o processo de desenvolvimento econômico da Amazônia não se deu para integrar as populações aos benefícios do chamado progresso, mas para garantir os interesses dos grandes polos industriais nacionais e internacionais. Na atualidade, em meio à pobreza que aumenta em escala progressiva, a bairros que surgem de ocupações desestruturadas e ausentes de poder público, a organização e mobilização política do município de Marabá são constituídas por uma infinidade de coligações entre partidos histórica e ideologicamente antagônicos, marcada por relações entre grupos que



ora convergem para uma mesma direção, ora se confrontam em disputa por parcelas que o grande capital precisa ainda pulverizar para garantir sua própria reprodução.

Reforçamos com isso o que antes anunciávamos: o âmago da luta política não está territorialmente localizado; vive e revive naquilo que tem movido historicamente a humanidade - a luta dos que produzem contra os que saqueiam. Ou para que não nos deixemos seduzir pelos argumentos neomodernistas: a essência da política esta na luta de classes.

3. Conclusão

Scherer-Warren (2006, p.5), nos faz ver que o progresso, tal como se apresenta, traz uma visão de mundo a partir do grande capital localizado nos países que comandam a economia mundial e quer nos fazer acreditar que:

1. A civilização moderna apresenta-se como mais desenvolvida e superior;
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral;
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pelos países de capitalismo avançado;
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização;
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etc.);
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma "culpa" (por opor-se ao processo civilizador) que permite à "Modernidade" apresentar-se não apenas como inocente mas como "emancipadora" dessa "culpa" de suas próprias vítimas;
7. Por último, e pelo caráter "civilizatório" da "Modernidade", interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da "modernização" dos outros povos "atrasados" (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etc.

No rastro do Projeto Grande Carajás e numa política que favoreça a balança comercial em commodities, a mineração industrial se faz presente hoje na região sul e sudeste do Pará por intermédio de grandes projetos estruturantes de capital nacional e internacional. No que diz respeito ao Estado brasileiro e clamando um pretenso progresso para a região, o governo tem potencializado a ampliação da extração mineral para fins de exportação; em 2010 lançou o Plano Nacional de Mineração 2030(PNB 2030) e têm sido evidentes as obras com recursos próprios e incentivadas fiscalmente para as iniciativas do setor. Na mesma proporção, o trabalho assalariado e as condições de vida urbana se deterioram, enquanto que trabalhadores rurais, ribeirinhos, pescadores, índios, castanheiros e garimpeiros perdem



espaços de vivência para a construção de siderúrgicas, ferrovias, hidrelétricas, portos, barragens e outros que viabilizam os projetos de mineração.

Refletir, pois, sobre políticas públicas para Marabá, impõe pensar agendas de recomposição do poder local de forma que a participação política seja uma realidade dos movimentos que historicamente travam lutas de vida e de morte na região. Olhando mais longe, é urgente que os movimentos sociais sejam capazes de criar espaços de convergência nos diversos países, em busca de alternativas para, além do capital, construir alternativas reais de democracia no acesso aos recursos econômicos e de regeneração do planeta. Essa é única possibilidade de produção e reprodução de vida para o futuro!

BIBLIOGRAFIA

- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- COSTA, J.B Araujo da. A ressignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. **São Paulo em Perspectiva**. v.10, n.3, 1996. (p. 113-118).
- COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. Francisco de Oliveira, Rui Braga e Cibele Rizek (Orgs). São Paulo: Boitempo, 2010.
- DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. **Espaços & Debates**. São Paulo, n. 24, 1988. (p. 26-39)
- FARIAS, Francisco Pereira. Sobre a participação na esfera local do Estado capitalista. **Lutas Sociais**, 28 (p. 45-56).
- HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém. EDUFPA, 2004.
- IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978. (Coleção Sociologia brasileira; v. 8).
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I/ Karl Marx. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. V. 2.
- MENDES, Armando. **A invenção da Amazônia**. Belém: UFPA, 1974. (Coleção Amazônia – Série Tavares Bastos)
- NUNES, Edison. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. **São Paulo em Perspectiva**. v.10, n.3, 1996. (p. 32-39).
- PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: **A era da indeterminação**. Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek (Orgs). São Paulo: Boitempo, 2007.
- PETRAS, James. **Armadilha neoliberal**. São Paulo, Xamã, 1999.
- SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.
- Scherer-Warren, Ilse. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. Palestra proferida na Mesa Redonda "Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade". **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, realizado de 28 a 31 de junho de 2009, Rio de Janeiro, RJ.

